



# VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES  
SECURITY  
AND HUMAN RIGHTS

## IN MOZAMBIQUE *BULLETIN*

PLATFORM FOR DIALOGUE ON BUSINESS, SECURITY AND HUMAN RIGHTS IN CABO DELGADO

[www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Quinta - feira, 3 de Agosto de 2023 | Ano 2, n.º 29 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

## Conferência sobre empresas de segurança privada e direitos humanos em Cabo Delgado

- No dia 27 de Julho de 2023, o Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, e com o apoio técnico do DCAF, realizou na cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, a conferência sobre segurança privada e direitos humanos, no âmbito do projecto de implementação dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique. Os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos são um conjunto de boas práticas que visam garantir que as actividades no sector extractivo sejam realizadas de forma segura e com respeito aos direitos humanos.





**Os participantes desta conferência tiveram a oportunidade de partilhar as suas experiências, perspectivas e percepções sobre os desafios dos direitos humanos enfrentados no contexto das operações de segurança.**



Esta conferência teve como objectivo promover uma compreensão abrangente dos provedores de segurança privada que actuam em Cabo Delgado e o papel de outros intervenientes na promoção do respeito pelos direitos humanos. Ao focar nestas questões, a conferência visava identificar estratégias eficazes e soluções práticas que possam ser implemen-

tadas para promover práticas empresariais responsáveis e salvaguardar os direitos humanos no contexto das operações de segurança. Os participantes desta conferência tiveram a oportunidade de partilhar as suas experiências, perspectivas e percepções sobre os desafios dos direitos humanos enfrentados no contexto das operações de segurança.



No seu discurso, Graça Nhate, representante do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, enfatizou que tanto o Governo está comprometido em promover a implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique.

Além disso, Graça Nhate enfatizou a importância da conferência na promoção de uma compreensão abrangente sobre o papel das empresas de segurança privada que actuam em Cabo Delgado. “Esta conferência também realça a importância da responsabilidade colectiva na protecção dos direitos humanos dentro do sector de segurança privada”, afirmou Graça Nhate.

A conferência acontece numa altura em que o Governo ainda está a elaborar o Plano Nacional de Negócios e Direitos Humanos. “Este plano vai integrar os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos”.



Em representação do Ministério do Interior, Sifuenta Anenge, destacou que Decreto n.º 9/2007, de 30 de Abril, que confere àquele Ministério a competência para conceder licenças a empresas de segurança privada. “Em Cabo Delgado existem 31 empresas de segurança privada. O facto preocupante é que cinco destas empresas não têm escritórios adequados, elas operam a partir de postos”. A falta de escritórios centrais dificulta o trabalho da PRM de realizar inspecções.

Além disso, Sifuenta Anenge manifestou preocupação com o facto de algumas empresas de segurança privada possuírem armas não registadas pelas autoridades, o que constitui uma violação da legislação aplicável. Ela revelou que na semana passada descobriram que certas empresas possuíam armas não registadas, o que é estritamente proibido pelo decreto número 9 de 30 de abril de 2007.

“A responsabilidade pelo movimento de armas é reservada apenas às Forças de Defesa e Segurança. As empresas de segurança privada não devem ter acesso a armas não autorizadas. Nas nossas interacções com as empresas de segurança privada, aconselhamos consistentemente que se familiarizem com os decretos n.º. 8 e n.º. 9/2007, ambos de 30 de Abril. O domínio dessa regulamentação é crucial para que permaneçam informadas e em conformidade», enfatizou Sifuenta Anenge.



Annie Burdzy, representante do DCAF, enfatizou os desafios impostos pela indústria de segurança privada aos direitos humanos, sublinhando a falta de alinhamento entre os processos regulatórios governamentais e os esforços para promover uma conduta empresarial responsável dentro deste sector.

“No âmbito da segurança, o papel da segurança privada pode apresentar desafios particulares para os direitos humanos. Como um actor imparcial, o DCAF esforça-se para preencher a lacuna entre as práticas de segurança privada e os processos regulatórios, reconhecendo a importância vital de ter um quadro regulatório sólido”, enfatizou Annie Burdzy.

Além disso, ela ressaltou a importância de regular as empresas de segurança privada, dada a substancial riqueza global do sector, que ultrapassa os 100 bilhões de dólares anualmente. Em África, os investimentos estrangeiros na indústria extractiva têm alimentado a demanda por empresas de segurança privada, criando potenciais riscos para o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. A falta de treinamento e padrões adequados em empresas locais também é preocupante, e a chegada de empresas transnacionais pode afectar negativamente as comunidades locais e os prestadores de segurança. “Empresas transnacionais que empregam agentes estrangeiros podem criar conflitos com as comunidades locais e prejudicar os provedores de segurança locais”.



Stravos Yiannakis, representando a Gardaworld Moçambique, destacou o trabalho significativo realizado pela sua empresa de segurança privada e enfatizou o cumprimento de iniciativas e padrões internacionais, como o Código Internacional de Conduta para Empresas de Segurança Privada (ICoCA), e a conformidade com as regras e regulamentos das autoridades locais.

Além disso, Stravos Yiannakis falou do impacto positivo que a segurança privada pode ter nas comunidades locais quando implementada de forma responsável. “Ao proteger as operações económicas e comerciais, a segurança privada pode criar estabilidade económica e gerar oportunidades de emprego para a população local”, enfatizou.



Frank Bruyns, da Gemfields, manifestou preocupações com a falta de regulamentação e supervisão na indústria de segurança privada em Cabo Delgado, o que pode levar a violações dos direitos humanos.

“A indústria de segurança privada em Cabo Delgado carece de regulamentação adequada, correndo o risco de potenciais violações dos direitos humanos. A ausência de orientações e padrões claros pode levar a abusos que prejudicam a população local”, afirmou Frank Bruyns.

Frank Bruyns defende a importância da formação em direitos humanos e da responsabilização do pessoal das empresas de segurança privada. “Isso é essencial para prevenir violações e promover uma cultura de respeito pelos direitos humanos dentro das suas operações. Também devem ser estabelecidos mecanismos para responsabilizar as empresas de segurança privada por quaisquer violações dos direitos humanos cometidas pelos seus agentes”.

Para Frank Bruyns, as empresas de segurança privada, quando geridas de forma responsável, podem contribuir para a protecção dos direitos humanos, promovendo a estabilidade económica e gerando oportunidades de emprego para a população local. “A colaboração com as autoridades locais pode abordar os desafios de segurança e promover o bem-estar das comunidades”, acrescentou.



Gabrielle Priklopilova, do DCAF, explicou o trabalho do DCAF com os provedores de serviços de segurança e o foco deles na implementação de quadros regulatórios internacionais e boas práticas. Enfatizou três documentos-chave: o Documento de Montreux sobre Empresas Militares; os Princípios Voluntários para empresas multinacionais e o ICoCA para empresas de segurança privada.

“O nosso trabalho no DCAF envolve a implementação de quadros regulatórios internacionais e boas práticas para promover o respeito pelos direitos humanos. Advogamos pela adopção do Documento de Montreux pelos Estados, dos Princípios Voluntários pelas empresas multinacionais e do ICoCA pelas empresas de segurança privada. Ao aderir a estes quadros, os fornecedores de serviços de segurança podem estabelecer uma cultura de respeito pelos direitos humanos, promovendo operações mais seguras e responsáveis”, explicou Gabrielle Priklopilova.



Chris Galvin, representando o ICoCA, defendeu a importância da sua organização na promoção de práticas responsáveis no sector de segurança privada, sublinhando os desafios enfrentados pela indústria e as oportunidades de melhoria.

“O nosso compromisso gira em torno da defesa do Código Internacional de Conduta para Empresas de Segurança Privada e da promoção de práticas responsáveis no sector. Reconhecemos a importância de abordar os desafios presentes na indústria de segurança privada enquanto exploramos oportunidades para melhorar os seus padrões”, explicou Chris Galvin.

Para Chris Galvin é sempre importante contratar empresas de segurança privada que aderem a normas e quadros internacionais, empresas comprometidas em respeitar os direitos humanos, seguir directrizes éticas e manter a responsabilidade.

“Contratar empresas de segurança privada que priorizam o cumprimento de normas e quadros internacionais é fundamental. É através desse compromisso que as organizações podem mitigar efectivamente os riscos potenciais associados a práticas de segurança irresponsáveis”, destacou Chris Galvin.



Júlio Bichete, Coordenador da Plataforma da Sociedade Civil de Palma, falou sobre as questões enfrentadas pela sociedade civil e pelas comunidades locais em Palma em relação à segurança. “As comunidades em Palma estão enfrentando dificuldades em distinguir os papéis dos provedores de segurança públicos e das empresas de segurança privada. Algumas empresas de segurança privada têm uniformes semelhantes aos dos provedores de segurança públicos, enquanto outras não têm uniformes”.

Ainda sobre Palma, Bichete falou dos impactos negativos nos direitos humanos causados pelas empresas de segurança privada. “As empresas de segurança privada têm sido associadas a preocupantes violações de direitos humanos, com práticas como assédio sexual e uso excessivo de força, o que representa sérios riscos para a segurança e o bem-estar das comunidades locais”, afirmou Júlio Bichete, lembrando que o mais agravante é a falta de mecanismos de responsabilização para as empresas de segurança privada.



O Prof. Adriano Nuvunga contextualizou a indústria de segurança privada em Moçambique e em África, destacando a crescente procura por empresas de segurança privada devido à expansão da indústria extractiva e ao envolvimento de organizações humanitárias internacionais. Estas

empresas possuem capacidades que muitas vezes ultrapassam as do Estado moçambicano e até mesmo de outros países africanos, tornando-as prestadoras de serviços atractivas.

“Preocupa-nos a capacidade limitada dos Estados africanos de monitorizar e inspeccionar efectivamente as empresas de segurança privada. Devido à fraca capacidade de monitorização, as violações dos direitos humanos por parte das empresas de segurança privada são comuns”.

O Prof. Adriano Nuvunga apontou ainda para a crescente presença de empresas de segurança privada no continente africano devido ao aumento de conflitos. E defendeu a urgência de implementar regulamentos para responsabilizar essas empresas pelas suas acções. “Mas o mais importante é investir no fortalecimento dos provedores de segurança pública, em vez de depender muito das empresas de segurança privada e actores externos. Ao priorizar os provedores de segurança pública, o desenvolvimento sustentável e a protecção dos direitos humanos podem ser melhor garantidos”.





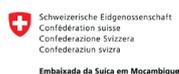
#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Democracia e Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Hélio Siteo  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



#### PARCEIRO DE IMPLIMENTAÇÃO

